

A Responsabilidade, a quem Cabe...

Raul Pilla

ADVERTE-SE-ME de que a Emenda Parlamentarista não logrará agora a maioria necessária para entrar imediatamente em vigor, tão fortes são os interesses eleitorais em conflito, e acrescenta-se que nem a simples maioria absoluta, que traria a reforma a longo prazo, se conseguirá neste momento. Sugeriram-me, por isto, alguns deputados, que deixasse para depois da eleição o tentame.

Ora, a mim pessoalmente não interessa a vitória ou a derrota. Nada ganho com uma, nada perco com outra. Tem, porém, nesta ocasião a reforma parlamentarista, além das suas virtudes intrínsecas e permanentes, a vantagem de poder resolver uma gravíssima crise política, que sòmente rematada ingenuidade julgará dirimida com a adoção da cédula oficial.

Não querem a solução, porque cada um dos quatro candidatos, com os seus mais ardorosos partidários, julga certa a vitória e, com ela, o senhorio do País, para o bem, ou para o mal? Perfeitamente: assumam eles a responsabilidade da recusa e não suponham tão inocentes os parlamentaristas, que a queiram tomar sòbre si. Formularam estes e chegaram a aviar o remédio. O doente e a família do doente não o querem empregar? Não é motivo para se desdizerem, achando que agora o remédio não serve e está mal indicado, quando, pelo contrário, continua sendo o único que poderia resolver o caso.

Demais, nenhum prejuízo traria a reforma, com submeter-se agora à prova. Dado que alcançasse sòmente a maioria absoluta, estaria vencida a primeira fase de uma elaboração mais longa. Dentro de dois anos, poderia ela entrar em vigor, sem que se lhe pudesse increpar o pretender limitar os poderes de um Presidente, que neste momento ainda não foi eleito. Se nem tal maioria alcançasse ela, nada impediria que, na sessão legislativa do ano próximo, se apresentasse novo projeto, talvez escoimado dos defeitos que no atual se notam.

De tóda forma, uma coisa nós, os parlamentaristas, não podemos fazer: retirar ao Congresso Nacional a oportunidade de impôr-se como verdadeiro Poder da República, tomando a si a tarefa de resolver constitucionalmente a grave crise política.